



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no Auditório Municipal das Lajes do Pico, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, a pedido da Câmara Municipal, depois de devidamente convocada.-----

Não esteve presente o membro José Pompeu de Proença, tendo justificado a falta à sessão.-----

A mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelo Presidente: Cláudio José Gomes Lopes; 1.º Secretário: Maria de Fátima Cidade Botelho dos Santos; 2.º Secretário: Carlos Manuel Llano de Freitas-----

Antes do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia começou por saudar todos os presentes e por fazer uma referência particular à presença de diversos órgãos de comunicação social que fizeram a cobertura da sessão, congratulando-se com esse facto.-----

O Senhor Presidente teceu, ainda, algumas considerações, e fez alguns esclarecimentos prévios aos novos membros da Assembleia, sobre aquilo que a mesa entende que deve ser a condução dos trabalhos das reuniões da Assembleia, alertando para a necessidade de alterar e actualizar o presente regimento da Assembleia Municipal, em termos legais e de agilização dos trabalhos, o que será uma das próximas tarefas da actual Assembleia, para o que será criado um grupo de trabalho para o efeito.-----

O Senhor Presidente anunciou ainda que os sessenta minutos respeitantes ao período de "antes da ordem do dia" serão distribuídos de "forma equilibrada", dando oportunidade às pessoas para participarem o mais e melhor possível, utilizando da melhor forma o tempo disponível definido pelo regimento e pela Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, entendendo distribuir o referido tempo da seguinte forma: quinze minutos para cada grupo político-partidário representado na Assembleia, PSD e PS, apresentar as suas questões directas ou indirectas à Câmara, à mesa, ou ao plenário, gerindo como entender esse período. O Senhor Presidente da Câmara terá também um período de quinze minutos para responder a algumas questões que tenham sido levantadas durante aquele período. Depois haverá um outro período denominado de "réplicas", com a duração de cinco minutos para cada grupo partidário, podendo



clx
d

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

reiterar os pedidos de esclarecimentos, replicar ou colocar novas questões, e o Senhor Presidente da Câmara terá mais cinco minutos finais para responder, ou melhor esclarecer as questões que tenham ficado mal esclarecidas. Neste período antes da ordem do dia, nesta sessão, e de forma especial, não será contabilizado o tempo com a leitura das actas e do expediente no período dos sessenta minutos, por forma a fazer o ensaio deste novo modelo.-----

O Senhor Presidente informou ainda que, por norma, vai ser feita a chamada dos membros da Assembleia, para verificação das presenças e ausências, no início de cada sessão, havendo depois um período de trinta minutos de tolerância, findo o qual, e depois de iniciada a sessão, será registada a falta de qualquer membro que não esteja presente, que apareça depois da sessão ter tido início, ou que abandone a sessão antes do fim da mesma, sem dar a necessária justificação à mesa, ao qual é concedido um período de cinco dias para justificar a falta. Mais informou que nesta matéria será seguido o regimento.-----

O Senhor Presidente teceu, ainda, algumas considerações acerca aquilo que a mesa entende deverem ser as actas das sessões, que em vez de revestirem a forma de relatórios demasiado extensos e exaustivos do que se falou, conversou ou debateu nas sessões, devem, antes de mais, ser um texto reduzido, sintético, minimamente esclarecedor do que em relação a cada um dos pontos foi discutido e decidido, o que se verificará no futuro. Referiu que existem, actualmente, meios que permitem registar tudo o que foi dito nas sessões da Assembleia, podendo a eles recorrer em caso de dúvida, para o que já foi conversado com a "Rádio Montanha" para efectuar a cobertura de todas as sessões através de gravação áudio, constituindo essas gravações um "arquivo nobre dos trabalhos desta Assembleia".-----

O Senhor Presidente reiterou a intenção de levar as sessões da Assembleia Municipal às freguesias do concelho, num sistema de rotatividade, de forma a incrementar a aproximação às populações, e informou que a próxima sessão ordinária será na freguesia de São João, em data a marcar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, uma vez que verificou haver "quorum" para o normal funcionamento da Assembleia Municipal, eram quinze



clx

f

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

horas e trinta e cinco minutos, sendo a sessão secretariada por mim, Paulo Jorge da Silva Correia, Técnico Superior do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal das Lajes do Pico, para tal designado. -----

O Senhor Presidente começou por cumprimentar pela primeira vez institucional e formalmente, em seu nome pessoal e em nome da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara e todos os vereadores do executivo, referindo que lamentava que estes cumprimentos ocorressem cerca de um mês e meio depois da tomada de posse, apesar de todas as diligências feitas para que a mesa da Assembleia tivesse uma audiência com o Senhor Presidente da Câmara, o que não veio a verificar-se, e que teria sido da máxima importância para o esclarecimento de uma série de questões institucionais do relacionamento entre estes dois órgãos. Lamentando, ainda, a aparente negação ao diálogo institucional por parte da Câmara, e esperando que ocorra, de futuro, uma atitude de maior maturidade política e democrática. -----

A primeira secretária da mesa leu a acta da sessão anterior. -----

Os secretários da mesa, procederam à leitura do expediente diverso que se anexa à presente acta e que dela faz parte integrante. -----

No período antes da ordem do dia, a membro Ana Paula Castro solicitou a palavra e teceu algumas considerações acerca da forma e do timing da entrega da convocatória e documentação para a sessão da Assembleia, bem como da elaboração da ordem de trabalhos, nomeadamente a falta de documentação de suporte acerca da criação da comissão permanente prevista no ponto quatro da ordem de trabalhos, sugerindo que a documentação seja entregue em tempo útil, e propondo que a questão da alteração da taxa de IRS, sobre a qual foi entregue documentação aos membros da Assembleia, conste da ordem de trabalhos, propondo ainda que toda a documentação seja entregue apenas aos líderes dos grupos político-partidários, ficando estes responsáveis pela reprodução e distribuição daquela pelos restantes membros, de forma a reduzir os gastos com papel. -----

Ainda no período antes da ordem do dia, solicitou a palavra o membro Manuel Pimentel, começando por saudar todos os presentes e ouvintes da emissão via rádio, para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a decisão de anular o concurso



Handwritten initials and a mark in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

para a reabilitação da Escola Básica/JI de São João, que se encontra bastante degradada, e se tinha procedido à auscultação da população e se tinha falado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João acerca do fecho da referida escola decidido pelo Governo Regional, dentro de dois anos, pois trata-se de uma escola com vinte e quatro alunos, e não sete, oito ou nove alunos. -----

O membro Manuel Pimentel, questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre a decisão de anular o concurso da obra da 2.ª Fase do Ginásio de Santa Catarina por motivos de dificuldades financeiras da Autarquia, e afirmou que essa decisão se prendeu com o facto de ter sido um concurso lançado pelo anterior executivo camarário e não com alegadas dificuldades financeiras, pois tratava-se de uma obra co-financiada por fundos comunitários e passível de se celebrar contratos ARAAL com o Governo Regional. -----

Referiu ainda, numa nota final, que o sítio do Município na internet carece de actualização no que diz respeito às informações nele contidas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade solicitou a palavra, começando por saudar todos os presentes, para questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca das delegações de competências para o ano de 2010, referindo que a Junta de freguesia da Piedade não tem condições de continuar os trabalhos iniciados e assumidos por falta de dinheiro das delegações de competências. -----

Sobre o licenciamento da saibreira naquela freguesia, referiu que a falta de uma saibreira licenciada acarreta enormes dificuldades em satisfazer as necessidades de inertes, nomeadamente bagacinas, imprescindíveis à conservação da rede viária em terra batida. -----

Tomou a palavra o membro Carlos Eduardo Freitas, saudando todos os presentes, e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se a obra da sede da Filarmónica da Piedade tivesse sido iniciada mais tarde, já depois da tomada de posse do novo executivo, também teria sido anulado aquela "projecto", e ainda, para quando a atendimento municipal na freguesia da Piedade. -----

O Senhor Presidente começou por responder às questões colocadas à mesa para esclarecer os pontos referidos pela membro Ana Paula Castro, descrevendo a forma



JK

JK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

da convocatória e do cumprimento dos requisitos legais, distinguindo-a da entrega da documentação de suporte aos pontos da Ordem de Trabalhos, e concordando que poderão haver pequenos pormenores que poderão ser melhorados. -----

No que respeita à criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal prevista no ponto quatro da ordem de trabalhos, trata-se de uma proposta do Presidente da Mesa que será apresentada no tempo certo, que foi comunicado ao Dr. Manuel Francisco Costa por email, na passada segunda-feira, solicitando-lhe que fossem indicados os membros do PS a integrar o Conselho de Ilha e a Comissão Permanente da Assembleia, que, entre outras coisas, terá a seu cargo a revisão do Regimento da Assembleia, e informou que por uma questão de agilização da comunicação seria privilegiada a comunicação com o Dr. Manuel Francisco Costa, ou com outra pessoa que fosse eleita ou indicada como líder do grupo político-partidário do PS. -----

Relativamente à questão da revisão da taxa de IRS aqui levantada, eu próprio também fui surpreendido com a documentação que recebi, afirmou. Ficou registado, no entanto, o interesse do grupo do PS em que isso seja integrado na agenda. -----

A preocupação com o excesso de papel decorrente da documentação distribuída é pertinente, e será privilegiada, de futuro, a racionalização da documentação em suporte de papel, procurando utilizar outros meios, nomeadamente o correio electrónico, para dar a conhecer os documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, evitando assim gastos supérfluos em consumíveis de papel e encargos com fotocopiadoras. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe haviam sido colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, os ouvintes da "Rádio Montanha", e os espectadores da "Lajes TV" através da Internet, e a Dr.ª Catarina de Sousa Vieira, em representação da equipa de Revisores Oficiais de Contas, que preparou o relatório sobre a situação económica e financeira da Autarquia. Referiu que é uma honra e um privilégio presidir à Câmara Municipal, procurando responder a uma expectativa que lhe foi confiada e que ele e a



Handwritten initials in blue ink at the top right, and a handwritten mark resembling a checkmark or the letter 'L' in black ink below it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

sua equipa estão a dar o seu melhor para resolver os problemas que encontraram, nomeadamente a situação financeira caótica do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara abordou a questão da fixação das taxas de IRS, informando que as assembleias municipais não tinham competência para deliberar sobre aquela redução, tratando-se de um dado novo que teve conhecimento através da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), e do Vice-Presidente do Governo Regional, em momento posterior à deliberação da Câmara Municipal, propondo, assim, que não fosse introduzido na Ordem de Trabalhos o ponto relativo à fixação das taxas de IRS. -----

Respondendo ao membro Manuel Pimentel, argumentou que a gestão do parque escolar por parte do Governo Regional, aliada ao reduzido número de alunos e à situação financeira da Autarquia, levaram a não avançar com o concurso da Escola de São João, por uma questão de bom senso. -----

Referiu, ainda, que, para além da questão financeira, acresce que o projecto do Ginásio de Santa Catarina era um mau projecto, com uma má localização do empreendimento, e que será realizado um novo projecto contemplando uma nova localização. Relativamente ao sítio do Município na Internet, informou que está a ser preparado um novo sítio, que responda à proposta eleitoral de implementar o "Município Digital". -----

Em relação à questão das delegações de competências, e respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade, informou que vai haver delegações de competências em todas as Juntas de Freguesia, após a aprovação do Orçamento, o que prevê acontecer em Janeiro, e que haverá oportunidade de se reunirem e de fazer transitar para o ano de 2010 as despesas que não é possível pagar neste ano devido às graves limitações orçamentais até ao final do ano. -----

Continuando a responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade, informou que o licenciamento da saibreira do Cabeço da Hera está praticamente concluído, assim como o licenciamento da saibreira dos Fetais. -----

Respondendo ao membro Carlos Freitas sobre a questão da sede da Filarmónica da Piedade, afirmou que o projecto revela falta de gosto e de visão, e que se fosse hoje



dx

4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

não teria sido feita nos mesmos moldes, nem com os custos que se verificaram, nem sem qualquer tipo de comparticipação. A obra seria sempre feita, mas numa outra lógica de bom senso, e de visão integradora com o próprio "Curral da Pedra", principal praça da freguesia.-----

Informou, para finalizar, que o atendimento municipal na freguesia da Piedade, em princípio, será feito nas instalações da Junta de Freguesia da Piedade por falta de condições do edifício proposto, a "Casa da Rita", e que o dia escolhido para tal é a quinta-feira.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu, de seguida, início ao período de "réplicas", concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade que contestou as razões de ordem estética apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara, salientando o esforço e sacrifício da população da freguesia para levar a cabo a referida obra.-----

Lamentou ainda que, o facto de a Câmara ter um vereador da freguesia da Piedade que desconhecia o estado de degradação da "Casa da Rita", que era o local proposto para o atendimento municipal.-----

De seguida, usou da palavra o membro Manuel Pimentel para registar a "resposta sincera" do Senhor Presidente da Câmara em relação ao Ginásio de Santa Catarina, realçando a diferença do que lhe tinha sido dado a ver "em acta" com a resposta do Senhor Presidente da Câmara, e que as razões de anulação do concurso não têm nada a ver com dificuldades financeiras da Autarquia, mas sim com outras prioridades do actual executivo, com aquilo que o Senhor Presidente da Câmara chamou de "uma má localização", "um mau projecto", resumindo, tem a ver com o facto de aquela obra não ter sido projectada por este executivo. Lamentou que os dinheiros públicos, sendo escassos, não estejam a ser objecto de maior selectividade na sua aplicação.-----

Em relação à Escola de São João, e uma vez que decorrerá um período de cerca de três anos para entrar em funcionamento a nova Escola das Lajes, para onde transitarão os alunos daquela escola, o membro Manuel Pimentel questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que vai a Câmara fazer para fazer face ao avançado estado de degradação da referida escola.-----



Ch
F

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que já foi iniciada a manutenção e recuperação de outras escolas, e que naturalmente chegariam à Escola de São João, fazendo uma intervenção capaz de resolver os problemas que a escola tem, tratando-se de uma questão de bom senso não investir cerca de mais de quinhentos mil euros numa obra que depois de concluída não funcionaria mais de dois anos. -----

Em relação ao Ginásio, afirmou que também se tratou de uma questão de bom senso, por se tratar fundamentalmente de um mau projecto, e de acrescer a isso a questão financeira. O Ginásio será feito noutra lugar, com a mesma lógica de comparticipação de fundos comunitários, com um outro projecto adequado ao novo enquadramento, num sítio mais arejado, com vista para o mar, para beneficiar as pessoas com o usufruto de um equipamento importante para o seu bem estar. -----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dado por encerrado o período antes da ordem do dia pelo Senhor Presidente da Assembleia, que procedeu, então à abertura do período da ordem do dia. -----

Da ordem do dia constavam os seguintes pontos para análise: -----

- 1. Apreciação da situação financeira da Autarquia;**
- 2. Relatório de actividades da Autarquia;**
- 3. Eleição dos membros da Assembleia Municipal ao Conselho de Ilha;**
- 4. Criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal;**
- 5. Substituição do membro da Assembleia Municipal Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa;**
- 6. Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas;**
- 7. Relatório sobre a situação económica e financeira da Autarquia;**
- 8. Expediente diverso.**

O Senhor Presidente da Assembleia propôs, por uma questão de lógica e por necessidade, que o quinto ponto da agenda passasse a ser o primeiro, por forma à



dx
f

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

tomada de posse de um novo membro da Assembleia, em substituição de um outro membro que renunciou ao mandato. -----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para referir que, uma vez que a Câmara retirava a proposta de inclusão da fixação das taxas de IRS na Ordem de Trabalhos, a mesma deixava de existir, não sendo por isso necessário proceder a votação, pelo que ficava assim ordenada a nova Ordem de Trabalhos:-----

1. **Substituição do membro da Assembleia Municipal Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa;**
2. **Apreciação da situação financeira da Autarquia;**
3. **Relatório de actividades da Autarquia;**
4. **Eleição dos membros da Assembleia Municipal ao Conselho de Ilha;**
5. **Criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal;**
6. **Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas;**
7. **Relatório sobre a situação económica e financeira da Autarquia;**
8. **Expediente diverso.**

No primeiro ponto da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia informou que recebeu uma carta do membro Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa, onde comunica a renúncia ao mandato, sendo substituído pela eleita Senhora Lígia Maria Silveira dos Santos, portadora do Cartão de Cidadão número 11328018, válido até 11.11.2014, já convocada por seu despacho, por ser o elemento imediatamente seguinte na lista de eleitos pela Lista do Partido Socialista. -----

Foram verificados a identidade e os poderes da membro agora empossada, a Senhora Lígia Maria Silveira dos Santos, por mim, Paulo Jorge da Silva Correia. -----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para explicar os motivos da renúncia do Senhor Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa, que se ficou a dever ao facto de ter sido nomeado para o conselho de administração da Culturpico, Empresa Municipal, facto que o impede de fazer parte da Assembleia Municipal. -----

Passando ao segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para fazer a apreciação da situação



OK

R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

económica e financeira da Autarquia, para o que este pediu à Mesa autorização para ser acompanhado na sua apresentação pela Senhora Palmira Guincho Palhaça, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara (DAF), tendo sido autorizado pelo Presidente da Assembleia.-----

Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, começou por fazer referência ao relatório elaborado pela auditoria com base nos documentos e dados da contabilidade do Município a 16 de Dezembro de 2009, para elencar as dívidas da Autarquia, com o apoio de quadros contabilísticos referentes a: **Dívidas a Empreiteiros** (uma página); **Dívidas a Fornecedores superiores a 5.000,00€** (uma página); **Quadro Resumo** (uma página); **Quadro Resumo – Dívida Total em 16/12/2009** (uma página); **Mapa dos Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos** (três páginas), que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que fazem parte integrante desta acta.-----

Aberto o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Manuel Pimentel que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara querendo saber qual o montante que a Câmara espera receber de fundos comunitários, em relação a projectos ou despesas que já foram efectuadas.-----

De seguida, tomou o uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade alertando para um valor incorrecto, no âmbito das delegações de competências, que consta na acta da vigésima primeira reunião da Câmara Municipal do ano de 2009.-----

Foi respondido pelo Senhor Presidente da Câmara, consultando a Senhora Chefe de DAF, que o erro já havia sido detectado.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, deu, então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que este pudesse responder às questões colocadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu o membro Manuel Pimentel relativamente à questão das dívidas a empreiteiros que comportam valores candidatados, mas ainda não aprovados no âmbito do PROCONVERGÊNCIA, e que apenas podia estimar o que a Câmara irá receber depois das candidaturas aprovadas.



dy
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O membro Manuel Pimentel solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia o uso da palavra para tecer mais algumas considerações sobre a "dívida caótica", e a apelidada situação "catastrófica" da Autarquia, reportando-se a anos anteriores relativamente às dívidas à banca e a fornecedores, e a afirmações feitas durante a campanha eleitoral. Afirmando que a actual situação financeira da Autarquia não é nenhuma surpresa e que os dados e valores sempre foram conhecidos e trazidos às sessões da Assembleia Municipal. Sugerindo que o desconhecimento só podia surgir se a Câmara tivesse uma "contabilidade paralela", o que não sucedia, pois "os números são os números", disse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos, o que fez, distinguindo entre os valores apresentados na caracterização que estavam a apreciar e o conteúdo da auditora à situação financeira da Autarquia. Referiu, ainda, que a situação é má, e seria sempre má, fossem mais ou menos milhões em dívida, e que o actual executivo teria de arranjar forma de resolver este problema, nomeadamente os montantes da dívida não cabimentados. -----

Esgotado o tempo regimental para este período de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia introduziu o **terceiro ponto da ordem do dia**, convidando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o Relatório de Actividades da Autarquia, que constam de três conjuntos de documentos, o **Relatório Actividades (04 de Outubro – 15 de Dezembro)** – duas páginas, onde constam as actividades e iniciativas nas áreas sócio-culturais, o **Relatório de Actividade Camarária (Período 2009.11.03 a 2009.12.14)** – cinco páginas, e o **Relatório da Actividade Municipal de 03 de Novembro de 2009 a 14 de Dezembro de 2009** – oito páginas, com as restantes actividade e iniciativas da Câmara, que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que fazem parte integrante desta acta. -----

Finda a apresentação, foi aberto um período para intervenções dos membros da Assembleia. -----

O membro Nilton Goulart, cumprimentando todos os presentes, usou da palavra para sugerir que as sessões de cinema no Auditório Municipal passem a ser efectuadas



Or

f

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

também aos dias de semana para fomentar o afluxo de público à vila das Lajes em períodos em que se verifica pouco movimento de pessoas.-----

De seguida usou da palavra o membro Manuel Pimentel, para indagar junto do Senhor Presidente da Câmara o porquê da não inclusão da obra do Bairro Fernão Álvares Evangelho no relatório de actividades.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos, o que fez em relação às questões colocadas, afirmando que a programação de cinema vai ser mantida com adaptações que sirvam melhor o público, e que a obra do Bairro Fernão Álvares Evangelho não constou do relatório apenas por lapso.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção ou esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto da agenda como concluído, passando de imediato ao **quarto ponto da ordem do dia**, informando que havia recebido do Presidente da Assembleia Municipal da Madalena um pedido de indicação dos membros da Assembleia Municipal das Lajes do Pico para o Conselho de Ilha, tendo a Mesa da Assembleia proposta ao grupo político-partidário do PS que fossem eleitos dois membros de cada grupo político-partidário, sendo da parte do PSD apresentados a votação os Senhores José Armindo Alves Gonçalves e Manuel dos Santos Pimentel, e da parte do PS os Senhores Manuel Francisco Costa Júnior e Eugénio Manuel Leal de Freitas. Procedeu-se à eleição por escrutínio secreto, tendo-se obtido a seguinte votação de entre os vinte membros com capacidade eleitoral, dezanove votos a favor, e um voto em branco, aprovando-se, assim os quatro nomes dos membros da Assembleia ao Conselho de Ilha.-----

Passando ao **quinto ponto da ordem do dia**, o Senhor Presidente da Assembleia subscreveu a proposta de criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, apresentando-a verbalmente à Assembleia para discussão, debate e aprovação, ao abrigo dos artigos 42.º, 43.º e 44.º do regimento da Assembleia Municipal, e cujo texto se dá aqui por integralmente reproduzido e que faz parte integrante desta acta. Descreveu de forma sucinta o que se pretende com a constituição, objectivos e competências específicas da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Foi aberta a discussão, tendo sido dada a palavra à membro Ana Paula Castro que questionou o número de sete membros proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, considerando-o exagerado. -----

Senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para esclarecer as razões do número, informando que a criação da Comissão Permanente nos moldes propostos foi inspirada no Regimento da Assembleia Municipal da Horta, que considera muito bem conseguido. -----

Não havendo mais qualquer pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs, então, que se fizesse um intervalo de dez minutos nos trabalhos da sessão. -----

Retomados os trabalhos, com o **sexto ponto da ordem do dia**, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas, através da leitura das suas conclusões que se dá aqui por integralmente reproduzido, uma vez que se anexa à presente acta um exemplar do mesmo. -----

De seguida, foram abertas inscrições para intervenções ou pedidos de esclarecimentos. -----

O membro Manuel Pimentel interveio para considerar que se trata de mais um "parecer", neste caso do Tribunal de Contas, e que se deveria ter feito referência a "outros pareceres" como, por exemplo, da Provedoria de Justiça que não punha em causa a questão da compatibilidade da acumulação de funções por parte do Chefe de Gabinete, ou o "parecer favorável" da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, e que as coisas não foram feitas de ânimo leve. -----

Mais disse que, estas questões cabe à justiça julgar, esperando que ela seja célere e que se apure a questão da legalidade ou ilegalidade, pois trata-se de um caso que põe em causa o bom nome das pessoas visadas. -----

O membro Manuel Francisco Costa interveio, invocando princípios morais e de ética cívica e política, afirmou que quem defende esses mesmos princípios devia sentir-se,



JK

K

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

como ele, incomodado, e mais disse que não se devia desresponsabilizar estes actos e os seus autores. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade interveio para dizer que a ética e a moral referidas pelo membro Manuel Francisco Costa deixaram de existir na política de hoje: -----

O membro Manuel Pimentel interveio, mais uma vez, para reiterar que as conclusões do Tribunal de Contas não incidem sobre questões morais, mas sim sobre questões "jurídicas", e que ele se tinha limitado a pronunciar sobre essas mesmas. -----

Não havendo mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos, não sem que antes o Senhor Presidente da Assembleia tecesse algumas considerações acerca da necessidade de se fazer justiça, com celeridade, para o apuramento de irregularidades ou ilegalidades, ou, no caso de se chegar à conclusão que não houve irregularidades ou ilegalidades cometidas por parte das pessoas visadas, que se repare minimamente o bom nome das pessoas, pois a reparação total é quase impossível. -----

Passou-se, de seguida, ao **sétimo ponto da ordem do dia**, tendo o Senhor Presidente da Assembleia convidado o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o Relatório sobre a situação económica e financeira da Autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção informando que, em face da situação que vinha sendo detectada pela anterior Assembleia Municipal, o actual executivo solicitou aos Revisores Oficiais de Contas (ROCs) que prestam serviço ao Município que fosse realizada uma auditoria para apurar as dívidas da Autarquia. De seguida, passou a elencar alguns aspectos da situação das contas da Câmara face aos seus fornecedores, referindo as questões de legalidade que se colocam para resolver as dívidas da Autarquia. -----

Foi descrito, de forma sucinta, a metodologia utilizada para a elaboração do relatório, o qual se dá aqui por integralmente reproduzido e faz parte integrante da presente acta.

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu com o elencar das dívidas da Autarquia, com o apoio de quadros contabilísticos referentes a: **Dívidas a Empreiteiros** (uma página); **Dívidas a Fornecedores superiores a 5.000,00€** (uma página); **Quadro**



OK

X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Resumo (uma página); **Quadro Resumo – Dívida Total em 16/12/2009** (uma página); **Mapa dos Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos** (três páginas), que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que fazem parte integrante desta acta, e que foram apresentados também em formato "power point". -----

Referiu o Senhor Presidente da Câmara, na sua apresentação, que a dívida a suportar pela Câmara em relação aos empreiteiros é de 1,4 milhões de euros, e que as dívidas sem cabimento orçamental ascendem a 1,1 milhões de euros, sendo a dívida total de 8,3 milhões de euros. -----

Aberto o período de intervenções, foi dada a palavra ao membro Manuel Francisco Costa que, em nome do grupo político-partidário do PS, apresentou a seguinte proposta que se transcreve: **"O grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal das Lajes do Pico, no quadro das suas responsabilidades e tendo em vista a moralização e a dignificação ética do exercício das funções políticas e da boa e rigorosa gestão dos dinheiros públicos, remeta o Relatório sobre a situação económica e financeira da Autarquia, produzido no âmbito da auditoria levada a cabo pela Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas, a fim de que este órgão se pronuncie e emita parecer sobre o mesmo, designadamente e mais concretamente no que respeita à dívida não cabimentada e que está «plasmada» nestes documentos, para que possam ser apuradas responsabilidades"**. -----

De seguida, interveio o membro Eugénio Freitas pedindo um esclarecimento acerca de uma comparticipação recebida do Governo Regional referente a uma empreitada executada pela Empresa de José Almério Macedo, mas que é referida como não utilizada para pagamento da empreitada. -----

Foi dada a palavra ao membro Manuel Pimentel que, revelou que estava bastante preocupado e perplexo com os números apresentados, e que o conhecimento que todos tinham dos dados presentes à Assembleia Municipal, era de que as dívidas não atingiam estes montantes, e que a maior parte das empreitadas votadas na Assembleia Municipal eram comparticipadas em 85% por fundos comunitários. Mais



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark or signature in black ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

disse que, achava conveniente ouvir o que tinham a dizer os membros do executivo que tiveram responsabilidades de gestão no anterior mandato em relação às dívidas apresentadas, devendo estas questões ser esclarecidas com quem de direito.-----

A membro Ana Paula Castro interveio para questionar como é que a Câmara vai pagar uma "dívida que não está nas contas" e uma "dívida sem cabimento orçamental".-----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para, no seguimento da intervenção do membro Manuel Pimentel, informar que a vereadora presente, que anteriormente desempenhava o cargo de Presidente da Câmara, poder intervir à luz do regimento, quer por solicitação do plenário, quer por se sentir ofendida na sua honra.-----

O membro Manuel Pimentel interveio para questionar como é que ainda não foi feita a confrontação em reunião de Câmara com esta situação da dívida da Autarquia, dizendo-se preocupado com toda esta situação, não fazendo muito sentido que na própria reunião de câmara a anterior Presidente da Câmara, responsável máxima pelo assumir destes compromissos, sendo vereadora no actual executivo ainda não tenha sido confrontada com esta realidade no sentido de saber onde é que está o suporte para esta dívida, e se é verdade ou não que esta dívida foi feita, se é verdade ou não que a Câmara assume isto como dívida, isto era o que seria espectável da nossa parte em relação ao executivo. Sugerindo que a vereadora Sara Santos talvez pudesse acrescentar mais algum esclarecimento.-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer o que se pretendeu com a realização da auditoria, e afirmou que pode existir uma ou outra situação de apuramento de dívidas junto de fornecedores que careça de confirmação.-----

A pedido do Senhor Presidente da Câmara, a Mesa da Assembleia na pessoa do seu Presidente concedeu a palavra, a título excepcional, à Dr.ª Catarina de Sousa Vieira, Revisora Oficial de Contas (ROC) responsável pela auditoria, que se encontrava presente na sala, para prestar mais algum esclarecimento às questões colocadas.-----

Os esclarecimentos e a clarificação da situação descrita pelo Senhor Presidente da Câmara e ilustrada nos quadros contabilísticos foram feitos pela Dr.ª Catarina de Sousa Vieira (ROC).-----



Handwritten initials and a mark in blue ink, possibly 'UW' and a stylized '4'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O Senhor Presidente da Assembleia, interpretando a vontade do plenário em ouvir um depoimento da Senhora Vereadora Sara Santos, por considerar importante para o esclarecimento de algumas questões, e a título excepcional, concedeu-lhe a palavra. -

A Senhora Vereadora Sara dirigiu-se à Assembleia na qualidade de vereadora do actual executivo, mas também como presidente cessante, e esclareceu as questões relacionadas com os montantes da dívida e da sua relação com o volume de obras executadas e, ou, em curso, não considerando exagerados os valores apresentados. No entanto, considerou que poderão existir situações que careçam de confirmação, junto dos empreiteiros ou fornecedores, mas porque não foram facultados documentos ou dados que permitam averiguar essas situações, não poderá pronunciar-se sobre isso. Lamentou ainda que não tenha sido dada a oportunidade para analisar a situação com a antecedência devida, pois foi confrontada praticamente em reunião do executivo com algumas situações, sem que lhe tivesse sido comunicado, ou facultada documentação de suporte, nomeadamente o próprio relatório dos ROC, que apenas lhe foi dado a conhecer no dia da reunião do executivo de dia 9 de Dezembro. Referiu que o facto de haver despesas não cabimentadas poderá estar relacionado com a apresentação de revisões de preços de empreitadas devidamente cabimentadas pelos valores dos contratos, sendo necessário então proceder à cabimentação das revisões de preços. Referiu ainda que existe uma verba em dívida à ADSE, no valor de 238.156,26€ (duzentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e seis euros e vinte e seis cêntimos), incluída no montante da dívida a fornecedores, que já vem de período anterior a 2004 e que a Assembleia sempre teve conhecimento, por se tratar de uma decisão política do executivo anterior. -----

Apesar do tempo destinado à discussão do assunto ter sido ultrapassado, o Senhor Presidente da Assembleia, cumprindo o regimento, abriu um período de intervenções de 15 minutos, repartidos 7 minutos pelo PS, e 8 minutos pelo PSD, para esclarecimentos e debate adicionais -----

A membro Ana Paula Castro interveio para referir que carece de explicação a questão da "dívida que não está nas contas", pois não sabe o que isso é. -----



OK
A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

A Dr.^a Catarina de Sousa Vieira, ROC, procedeu à explicação do que era entendido, em linguagem técnica, por "contas orçamentais" e "contas patrimoniais", e o que significava a expressão "não estar nas contas".-----

De seguida, e mais uma vez, interveio o membro Eugénio Freitas interpellando a Senhora Vereadora Sara Santos acerca da comparticipação recebida do Governo Regional referente a uma empreitada executada pela Empresa de José Almério Macedo, mas que é referida como não utilizada para pagamento da empreitada, assumindo que se trata da empreitada do edifício da Junta de Freguesia da Ribeirinha. O Senhor Presidente da Câmara retomou a leitura de alguns pontos do relatório da auditoria dos ROC, para ilustrar a situação económica e financeira descrita, e justificar a necessidade de apurar responsabilidades, pelo que subscreve a proposta apresentada pelo grupo político-partidário do PS.-----

Depois desta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia alertou para o facto de o tempo destinado ao grupo do PS já estar largamente ultrapassado com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara.-----

Interveio, de seguida, o membro Manuel Pimentel, que alertou para a importância de pagar as dívidas a tempo e horas aos empreiteiros, referindo que continuava com dúvidas sobre como era possível contrair dívidas sem cabimento, ou sem requisição, junto de um fornecedor, sendo necessário confrontar fornecedores e responsáveis para apurar se os bens foram fornecidos, e se os serviços foram prestados.-----

Para concluir este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e teceu algumas considerações acerca dos diferentes papéis e competências da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, não podendo a primeira substituir-se ao trabalho da segunda. Considerou, ainda, extemporâneo e prematuro remeter o relatório em apreço ao tribunal de Contas, sem que antes seja levado a cabo um processo de amadurecimento, nomeadamente através do contraditório a que os visados do anterior executivo têm direito, e do apuramento de mais dados, em sede própria nas reuniões de Câmara, e que a ansiedade revelada não é novidade em períodos de transição de executivos camarários de cores partidárias diferentes. Deve-se salvaguardar, no entanto, que a situação de



OK

R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

"amadurecimento" não se eternize, de forma a garantir condições de governabilidade por parte do executivo camarário, nomeadamente a aprovação do orçamento, disse. --

O membro Manuel Francisco Costa interveio para informar que a posição do Senhor Presidente da Assembleia não inibia os subscritores da proposta de a manter e sujeitá-la a sufrágio. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a proposta iria ser submetida a votação, e perguntou se havia alguém que se quisesse pronunciar sobre a mesma. -----

O membro Manuel Pimentel interveio afirmando que, apesar de não se opor, considerava prematuro o envio do relatório para o Tribunal de Contas. -----

A membro Ana Paula Castro interveio para justificar a urgência do envio do relatório para o Tribunal de Contas, com o novo ciclo de trabalho camarário que se está a iniciar, e com a necessidade de se elaborar o orçamento na posse de todos os dados que permitam a sua execução. -----

O Senhor Presidente da Junta de freguesia da Piedade interveio para questionar se alguma vez tinha ocorrido algo semelhante no passado, com auditorias às contas da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não era muito relevante o facto de ter ou não acontecido no passado, e que as auditorias financeiras eram legítimas e um instrumento de clarificação. Que devia ter sido feito o debate em lugar próprio, que era no interior do executivo camarário, criando oportunidade de os vereadores da oposição terem a possibilidade de se defenderem em sede de contraditório. -----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, para informar que o anterior executivo vai ser confrontado com as situações e não deixará de ser feito o contraditório, mas que não se deve esperar mais tempo em relação a remeter o processo para o Tribunal de Contas, pois com o adiamento parece estar-se a proteger subtilmente os autarcas do PSD. Afirmando, ainda, que há uma tentativa encapotada de proteger quem foi responsável pelas dívidas, e que isso não compete à Assembleia Municipal, ainda que "gerida" pelo PSD. Há que assumir as coisas preto no branco,



OK

R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

disse. Apelou, ainda, à Assembleia Municipal que “vá de encontro”, em última análise, às expectativas das pessoas que têm que receber o dinheiro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que não lhe admitia juízos de valor sobre aquilo que tinha dito, sobretudo juízos de valor enviesados que nada têm a ver com o que foi dito, esperando que ficasse avisado para os próximos momentos em que se encontrarem em sessões da Assembleia Municipal, e que não encontrasse nas suas palavras aquilo que não tinha dito, não lhe admitindo sequer especulações. Reafirmou o que tinha dito anteriormente, dizendo que não valia a pena entrar em demagogias de que os fornecedores não recebem e que isso estava nas mãos da Assembleia Municipal decidir ou não. Informou ainda que o Plano e Orçamento poderá ser elaborado e aprovado até Abril, pelo que não depende de qualquer decisão da Assembleia Municipal, reiterando que não admitia quaisquer juízos de valor sobre as suas palavras, pois não se tratou de qualquer tentativa de protecção a ninguém, mas sim de uma questão de justiça, de fazer o contraditório que não foi feito e que está ao alcance do executivo camarário. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta do PS, tendo sido registados dez votos contra, uma abstenção e nove votos a favor, pelo que a proposta não passou. -----

No oitavo ponto da ordem do dia, referente a assuntos diversos, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a Mesa recebeu uma iniciativa do grupo do PSD, um voto de pesar com o seguinte texto: **“A Assembleia Municipal das Lajes do Pico manifesta a sua mais profunda consternação pelos trágicos acontecimentos ocorridos no concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira, nomeadamente nas freguesias das Quatro Ribeiras, Agualva, Vila Nova e Lajes, na sequência das intempéries que tiveram lugar naquele concelho”**, e proposto que seja remetido à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, entidades públicas representativas das populações do concelho da Praia da Vitória, nomeadamente das populações atingidas por esta catástrofe, caso seja aprovado. O presente voto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

O Senhor Presidente da Assembleia, comunicou que se encontrava aberto o período destinado à intervenção do público, e deu a palavra ao Senhor Manuel Humberto da Silveira que interpelou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade a respeito da situação financeira da Junta de Freguesia, acerca do fecho da saibreira e do edifício da Filarmónica da Piedade, que considerou de mau gosto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Piedade para esclarecer as questões colocadas. -----

Não havendo mais intervenções e nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim que a lavrei, e pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

Auditório Municipal das Lajes do Pico, aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove. -----

.....
Claudio José Gomes Lopes
Paulo Jorge da Silva Correia